



INTEGRANDO



Informativo do Sindicato dos Empregados em Transportes Metroviários e Conexos de Minas Gerais
SINDIMETRO-MG

MARÇO/2012

CAMPANHA SALARIAL Iniciada as negociações do ACT/2012



Os sindicatos da base da CBTU se reuniram entre os dias 21 a 23 de março com representantes da empresa em Natal/RN para iniciar as negociações da campanha salarial.

Nessa primeira rodada de negociações a empresa ainda não tinha nenhuma proposta de índice de aumento salarial, mas disse que espera apresentá-la já na próxima reunião – em Belo Horizonte – até final de abril.

Em relação às cláusulas discutidas, nada foi definitivamente acordado porque a empresa só aceita firmar o ACT na íntegra, ou seja, mediante o princípio do conglobamento:

✓ **Plano de Saúde:** Os sindicatos propuseram a formação de uma Comissão Paritária para estudo de um plano nacional de saúde e a empresa aceitou estudar o pagamento integral aos funcionários e 50% aos dependentes. Não aceita a inclusão dos pais dos funcionários como dependentes;

✓ **Auxílio Creche:** Mantém o que já temos no ACT/2011 e a empresa aceita discutir a proposta de passar o limite de idade de 2 para 4 anos;

✓ **Ticket:** Aceita estudar o *caput* da proposta dos Sindicatos;

✓ **Quebra de caixa:** A empresa aceita estudar;

✓ **Transporte:** Aceitam discutir o direito a gratuidade ao Metrô para os filhos de funcionários estudantes até 24 anos;

Em relação aos pregoeiros, membros de comissão de licitação, fiscais, gestores de contrato e ao adicional de gratificação por titulação, a CBTU propôs levar essas cláusulas para a revisão do PES, o que foi aceito pelos Sindicatos;

Na próxima rodada de negociações em BH novas cláusulas serão negociadas e em seguida o SINDIMETRO convocará a Assembléia da categoria.

Daqui para frente é preciso que os metroviários “se liguem” nos chamados do Sindicato. Nada será conquistado se a categoria não se mostrar mobilizada e atenta ao que passa na mesa de negociação.



Principais reivindicações do ACT/2012

- ✓ Aumento de acordo com o acumulado do índice do DIEESE no período de maio de 2011 a abril de 2012;
- ✓ Aumento do ticket também de acordo com o índice do DIEESE, com o pagamento em dobro no 12º mês a título de gratificação natalina;
- ✓ Pagamento integral do plano de saúde.

Dilma anuncia medidas que favorecem os patrões

Propostas como flexibilizar a CLT e desonerar a folha ameaçam direitos dos trabalhadores

O governo Dilma se apóia no Plano Brasil Maior – política industrial lançada o ano passado- e, repercutindo as pressões de empresários, anuncia o objetivo de flexibilizar ainda mais os direitos trabalhistas.

Em janeiro, em viagem a Nova York, Fernando Pimentel, ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, defendeu a idéia, declarando que “as propostas feitas pela classe empresarial às quais eu tive acesso preservam os direitos que os trabalhadores têm” (OESP, 04/03).

Os patrões garantem?

O que está em estudo é uma proposta a ser apresentada ao Congresso de mudanças nas leis trabalhistas prevendo a criação de duas novas formas de contratação: a eventual e por hora trabalhada, o que permitiria às empresas contratar empregados que só receberiam

quando chamados para uma atividade! “Imagina o que podemos fazer na próxima década”, comemorou o secretário de Comércio e Serviços, Humberto Ribeiro, completando “estamos num ministério, inclusive que é do PT, mas agente quer, está na hora dessa discussão”.

Outra medida, também em estudo, pretende ampliar a desoneração da contribuição patronal à previdência sobre a folha de pagamento por uma alíquota sobre o faturamento da empresa, medida tomada em 2011 quando do anúncio do Plano Brasil Maior, como experiência-piloto de alguns setores.

Desde o anúncio feito pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, a classe patronal já saiu a campo para exigir uma alíquota menor do que 1,5% proposto pelo governo.

Segundo Aguinaldo Diniz, presidente da Associação Brasileira da

Indústria Têxtil e Confecção, “0,8% seria muito vantajosa”.

A desoneração da folha de pagamento é um ataque à previdência, pois rompe o caráter solidário entre gerações de trabalhadores, como base de um sistema público e universal de Seguridade Social. Fazer a previdência depender do faturamento das empresas, ainda mais diante da situação de crise do sistema capitalista, é destruir seus fundamentos.



Não à privatização da Embrapa

Projeto do senador do PT ameaça a empresa

No dia 05 de março, 500 agricultores ocuparam a unidade Arroz e Feijão da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) localizada no município de Santo Antonio de Goiás.

A ocupação fez parte da Jornada de Lutas das Mulheres Camponesas 2012, que reúne militantes da Via Campesina, composta pelo

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Federação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (FETRAF), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Movimento Pequenos Agricultores (MPA), entre outros. Uma das exigências da mobilização é a manutenção da Embrapa como uma empresa 100% estatal. Para isso se exige a retirada do Projeto de Lei (PL 222/08) que propõe transformar a Embrapa numa empresa de economia mista.

O PL 222/08 que tramita no Senado e já teve parecer favorável do senador Gim Argello (PTB-DF), é de autoria do

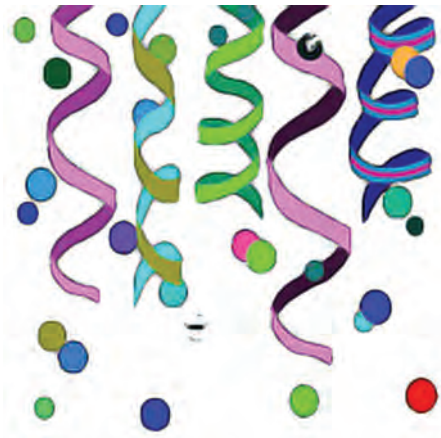
senador Delcídio Amaral (PT-MS).

Durante a ocupação, um trabalhador da empresa declarou: “A Embrapa só tem trabalhado para os grandes empresários e quase não sobra recursos para a agricultura familiar. Por isso apoiamos o movimento e nos colocamos a disposição enquanto a ocupação durar”.

Valdir Misnerovicz, coordenador do MST em Goiás, disse que “é preciso produzir conhecimento e colocar a serviço da produção de alimentos e por isso não daremos trégua para a Embrapa enquanto avançarmos nessa perspectiva”. Pedro Arraes, presidente da Embrapa, garantiu que o Projeto de Lei não tem o apoio do governo e não avançará além do Congresso.



EM PAUTA A NOVELA DOS DIAS DE CARNAVAL



Está confirmado, através da prévia do contracheque, que os dias de carnaval (20 e 21 de fevereiro de 2012) não serão pagos como Horas Suplementares aos funcionários que trabalharam nestes dias.

Em reunião com STU/BH e o GIAFI no dia 16 de março, fomos informados que a empresa não poderia pagar os dias de carnaval como horas suplementares, devido ao parecer emitido pela GAREH, onde está dito que onde não fosse feriado oficial os dias não poderiam ser pagos como tal, como é o caso de Belo Horizonte. Na mesma

reunião fomos também informados que a STU/BH já havia conseguido sensibilizar o presidente da CBTU, Sr. Francisco Colombo e o diretor da Administração de Finanças, Sr. Galindo quanto ao pagamento, mas que o parecer emitido pela GAREH o impedia.

O SINDIMETRO aproveitando da reunião que seria realizada em Natal/RN para negociação do ACT, cobrou da GAREH o pagamento das Horas Suplementares, já que nos foi dito que necessitaríamos da sua autorização para o pagamento do referido feriado. Com surpresa recebemos a informação de que quem deveria autorizar o pagamento seria o GIAFI, já que é essa Gerência que tem o poder de ordenança. Além disso, o próprio parecer da GAREH já alertava que se fosse habitual o pagamento dos dias de carnaval como feriado, que assim se procedesse visto inclusive já haver jurisprudência sobre o tema..

Por isso, solicitamos à GAREH esclarecer a quem compete autorizar o

pagamento. O que não pode acontecer é os trabalhadores serem prejudicados por falta de comunicação entre Gerências da empresa.

O SINDIMETRO-MG não gostaria – e quer evitar – que os dois dias de carnaval se transformem em mais um passivo trabalhista e como nada foi comunicado antecipadamente, os trabalhadores já assumiram compromissos financeiros. Além disso, a empresa já paga os dias de carnaval como horas suplementares há mais de 20 anos e nos causa estranheza esse procedimento, considerando ainda ter sido feito sem qualquer discussão com os sindicatos dos trabalhadores.

Uma carta nestes termos foi enviada a GAREH e estamos aguardando a resposta, esperando não transformá-los em mais uma novela jurídica... E para assegurar que o problema não apareça de novo, os Sindicatos propuseram a inclusão desse feriado no ACT/2012.

Estamos indignados...

Seguranças são atacados no seu legítimo direito de organização e greve

Logo que teve início a greve convocada pelos Sindicatos dos Vigilantes que estavam em campanha salarial, o SINDIMETRO se solidarizou com o movimento. Entendemos que a vitória de uma categoria é um ponto de apoio para as nossas próprias vitórias.

O que estranhamos é a posição da STU/BH em devolver à empresa de origem, vários dos Seguranças que participaram do movimento grevista. Por que tamanho desrespeito? O direito de greve está garantido pela convenção da OIT (Organização Internacional do Trabalho) e é Lei no nosso país! Nenhum trabalhador deve sofrer qualquer tipo de coação por

estar exercendo esse direito como, aliás, ocorreu na STU/BH.

Em reunião com o Superintendente no dia 16 de março, o SINDIMETRO solicitou que não houvesse represália aos Seguranças que participaram do movimento paredista, tendo como resposta que orientaria o setor responsável a evitar o conflito.

Vigilantes vão à Delegacia Regional do Trabalho

Diante da devolução de inúmeros Seguranças à empresa de origem e constatando a retaliação por parte da STU/BH aos trabalhadores que aderiram ao movimento grevista, o Sindicato dos Vigilantes

acionou a Delegacia Regional do Trabalho.

Em reunião realizada em 2 de março, a Procuradora, Dra. Alessandra, solicitou que a STU/BH revisse a sua posição por ser “*passível de ensejar a provocação à adoção de providências pelo Ministério Público do Trabalho*”. Nova reunião de conciliação está marcada para o dia 03 de abril e o SINDIMETRO mais uma vez presente para, junto com o Sindicato dos Vigilantes, defender esses trabalhadores.

O SINDIMETRO refirma o seu repúdio a represália sofrida pelos Vigilantes e apoiará todas as ações que os trabalhadores realizarem em defesa dos seus direitos.

BOLA DENTRO!

A comemoração do dia das Mulheres foi um momento muito agradável de confraternização entre as metroviárias. Agradecemos o apoio dos companheiros metroviários que ajudaram na organização do evento e a STU/BH por liberar as colegas durante o horário de trabalho. Valeu!

BOLA FORA 1!

A Comissão dos Direitos Humanos do Senado aprovou um projeto de lei que prevê multa para as empresas que pagarem salário menor para as mulheres que exerçam o mesmo trabalho que os homens. Em 2011, as mulheres receberam, em média, 72,3% do salário dos homens.

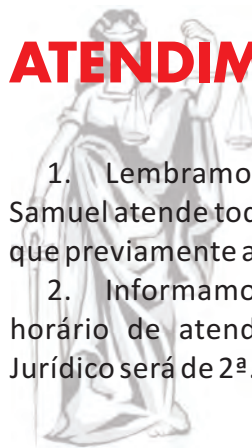
Faltava apenas a sanção presidencial e inclusive chegou a ser anunciado que a presidenta Dilma o sancionaria por ocasião das comemorações do Dia 8 de março. Foi uma “grita geral” da patronale a presidenta voltou atrás... Foi apresentado recurso e o projeto de lei voltará a tramitar no Senado.

BOLA FORA 2!

A STU/BH liberou a “cédula C” aos seus empregados com dados incorretos e o SINDIMETRO foi informado pelo GEADM que na próxima semana será entregue nova “cédula C” com as correções devidas, ainda dentro do prazo legal.

Caso o mesmo não ocorra, solicitamos que os interessados entrem em contato com o Sindicato.

ATENDIMENTO JURÍDICO



1. Lembramos aos metroviários que o Dr. Samuel atende todas as 5ª-feiras, de 9 às 12h, desde que previamente agendado no SINDIMETRO.

2. Informamos que a partir do dia 02 de abril, o horário de atendimento do estagiário do Setor Jurídico será de 2ª. a 6ª. feira de 9 às 15h.

SINDIMETRO reivindica solução no acesso ao PATEL

Já faz tempo que o SINDIMETRO pede uma solução para o acesso entre o prédio de Apoio e a Estação Eldorado. As condições são péssimas e a noite os empregados que utilizam essa passagem sofrem com a iluminação precária. Foram essas mesmas condições que provocaram, há pouco mais de um ano, o acidente fatal do companheiro Martinho.

A GIAFI esteve juntamente com a COSOP e a COSET neste acesso e constatou suas precárias condições. Concordaram com o Sindicato que as medidas ali tomadas foram insuficientes e não atendem às condições mínimas de segurança. Informaram que buscarão realizar ações que resolva em definitivo tal situação. Estaremos de olho...

